

ACÇÕES DE VALORES E SEUS EFEITOS LÍQUIDOS NO RELATO INTEGRADO: UM ESTUDO NO ITAÚ UNIBANCO

1. INTRODUÇÃO

Há uma tendência por companhias a adoção de uma nova estrutura denominado Relato Integrado [RI] para divulgar informações concisas financeiras e não-financeiras de uma entidade de modo “interligado”. Conforme a Resolução nº 14 da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a partir de 2021 no Brasil é compulsório a divulgação do RI para empresas listadas na Bolsa de Valores (CVM, 2021), para isso foi elaborado a OCPC 09 – Orientação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis para elaboração de um RI. A OCPC 09 é baseada no *Framework* do *International Integrated Reporting Council (IIRC)*, fornece diretrizes para elaboração de um RI, juntamente com *Sustainability Accounting Standards Board (SASB)* constituíram o *Value Reporting Foundation (VRF)* que subsidiam recursos (*Integrated Thinking Principles, Integrated Reporting Framework* e *SASB Standards*) para ampararem as empresas na preparação de um RI.

Antecedente a publicação do *Framework 1.0*, há questionamentos sobre o conceito de geração de valor no RI devido há falta de clareza sobre o assunto. A vista disso, o IIRC criou um grupo de colaboração técnica e publicou o documento *Background – Value Creation (IIRC, 2013)*. Todavia, após o lançamento do *Framework 1.0*, persistiu-se as críticas quanto ao entendimento de geração de valor (IIRC, 2017). Novamente em 2017, na consulta pública constou-se a dificuldades dos usuários de RI quanto à aplicação do conceito de geração de valor proposta pelo *Framework 1.0* (IIRC, 2017). Não obstante, os entrevistados dessa última consulta, conforme IIRC (2017), sugeriram o esclarecimento do significado e uso do conceito de geração de valor, além de exemplos sobre o mesmo. Nesse sentido, o IIRC sugeriu avanços no estudo sobre este conceito, objetivando dar suporte aos preparadores e interessados de RI.

1.1 Problema de Pesquisa e Objetivo

Face as discussões e consultas públicas realizadas, o IIRC buscou exemplos inovadores de geração de valor (Adams, 2015). Porém, ficou evidente que os RIs publicados ainda não estavam suficientemente desenvolvidos para usá-los como *benchmarking* (Adams, 2015), ou seja, o conceito não estava claro, tanto em termos teóricos quanto práticos (Feng, Cummings, & Tweedie, 2017). Isto posto, Haller (2016) e Feng et al (2017) deixaram a reflexão sobre como o conceitos pode ser incorporado, sendo que o mesmo não está formalmente definido e claramente entendido pelo próprio IIRC. Portanto, o conceito resta implícito, vagamente definido e abstrato no *Framework 1.0*; ou seja, as diretrizes sobre geração de valor são frágeis e por isso possibilitam diferentes interpretações (Chaidali & Jones, 2017; Flower, 2015; Gokten & Gokten, 2017; Dumay, Bernardi, Guthrie, & La Torre, 2017; IFAC, 2015). Soma-se a tais argumentos o fato de que uma organização pode demandar tempo para amadurecer e assimilar a compreensão real de como ela cria valor, e identificar a forma mais representativa de reportar tais informações em seu RI (ACCA, 2018).

Os argumentos expostos reforçam que o conceito de geração de valor no RI é obscuro na visão dos preparadores de RI. Logo, o tema é oportuno para explorar respaldos conceituais, teóricos, e com exemplos práticos, de modo que se torne visível e que seja possibilitada sua compreensão e seu aprimoramento. Visando contribuir aos anseios de produzir exemplos de aplicação do conceito de geração de valor (Chaidali & Jones, 2017; Lai, Melloni, & Stacchezzini, 2017; Reuter & Messner, 2015; IFAC, 2015), a presente pesquisa busca responder a seguinte questão: **Como as ações de valores e seus efeitos líquidos apresentadas no Relato Integrado do Itaú Unibanco podem contribuir para criação de exemplos sobre o tema?** Para responder ao questionamento proposto, o objetivo desta pesquisa consiste em **Verificar se as ações de valores e o efeito líquido do RI do Itaú Unibanco (período de 2013 a 2017) contribuem para criação de exemplos de geração de valor no âmbito do RI.**

Justifica-se a escolha do Itaú Unibanco por ser uma das empresas pioneiras na elaboração e divulgação do RI no Brasil (Correa, 2016), e pela sua participação no programa piloto do IIRC tendo apresentado seu primeiro RI antes mesmo da publicação do *Framework 1.0* (IIRC, 2013). Em termos de contribuições esperadas, a pesquisa procura avançar quanto compreensão do RI na prática, propiciando responder aos céticos (preparadores de RI e pesquisadores) qual seria o valor real do RI, simultaneamente, busca-se avaliar se a companhia revela informações que criam valor, como a organização julga valor, e com quem isso se relaciona (Chaidali & Jones, 2017; Flower, 2015; Haller & Van Staden, 2014; Melloni, 2015; Perego, Kennedy, & Whiteman, 2016) e se o caso pode ser utilizado como exemplo de aplicação do conceito em questão.

2. GERAÇÃO DE VALOR NO RELATO INTEGRADO

As diretrizes para elaboração de um RI, expostas no formato de princípios básicos e elementos de conteúdo pelo *Framework 1.0*, são amparadas por três conceitos fundamentais: geração de valor para organização e *stakeholders*, processo de geração de valor, e capitais. Portanto, esses conceitos devem subsidiar as organizações na elaboração do RI. Todavia, o ponto-chave do RI é formado por dois conceitos fundamentais do processo de geração de valor e de capitais (Druckman, 2016): i) o valor é gerado por meio do modelo de negócio da organização (atividades, relacionamentos, produtos e serviços), dependendo da interação da companhia com o ambiente externo (natural, social, político, comercial e legal) e com os capitais para criar valor em curto, médio e longo prazo; ii) Os capitais são ações de valores, que ao longo do tempo aumentam, diminuem, ou são transformados por meio das atividades operacionais (*inputs*) e saídas (*outputs*) da organização (Abeysekera, 2013). A estruturação dos capitais proposto pelo *Framework 1.0* é apresentada na Tabela 1.

Tabela 1 – Capitais propostos pelo *Framework 1.0*

Capitais	Características
Financeiro 	Conjunto de recursos disponíveis para utilização na produção de bens/prestação de serviços.
Manufaturado 	Objetos físicos desfrutados pela organização a fim de gerar bens e/ou serviços.
Intelectual 	Composto por intangíveis da organização, além de intangíveis organizacionais apoiados em conhecimento: conhecimento tácito, sistemas, procedimentos e protocolos.
Humano 	Alinhamento da companhia com o apoio a estrutura de governança, gerenciamento de riscos e valores éticos. Capacidade de entender, desenvolver e implementar a estratégia de uma organização, e lealdade e motivação para melhorar processos, bens e serviços, incluindo a capacidade de liderar, gerenciar e colaborar.
Social e de Relacionamento 	Padrões compartilhados, bem como valores e comportamentos comuns. Os relacionamentos com as principais partes interessadas e a confiança e compromisso que uma organização desenvolve e procura construir e proteger com as partes interessadas externas. Intangíveis associados com a marca e reputação desenvolvidas por uma organização. Licença social para a organização operar.
Natural 	Recursos ambientais que forneçam bens e serviços. Iniciativas das organizações com processos ambientais (biodiversidade e a qualidade do ecossistema).

Fonte: Elaborado com base no *Framework 1.0* (2014).

As organizações dependem de seis tipos de capitais para o seu sucesso, todavia o *Framework 1.0* não exige das organizações a adoção dessas categorias de capitais, e nem que seja organizado nessas linhas; porém é recomendado que as utilizem como parte da sustentação teórica do conceito da geração de valor, bem como que sirvam de diretriz para assegurar que as organizações levem em conta todas as formas de capital utilizadas ou afetadas por elas. Acrescenta-se ainda que nem todos os capitais são aplicáveis ou relevantes para todas as

organizações, pois algumas interações podem ser relativamente indiretas ou insignificantes, de forma que não há a necessidade de reportá-las em um RI (Flower, 2015; IIRC, 2014). Logo, Flower (2015) critica o *Framework 1.0*, visto que, desse modo, as organizações não fortaleceriam a sustentabilidade. É interessante notar que, anteriormente, em documentos de discussões do IIRC, era apresentada várias vezes a palavra sustentabilidade; porém, no *Framework 1.0*, a palavra é mencionada apenas uma vez.

Segundo Coulson et al. (2015), a metáfora de capitais é recente na aplicação em relatórios corporativos. Entretanto, este molde de múltiplos capitais incentiva as organizações a buscarem o desenvolvimento sustentável. Para tanto, o IIRC reconheceu que se baseou em estudos como o do Fórum para o Futuro e Projeto Sigma para desenvolver o *Framework 1.0*. O Projeto Sigma e Fórum para o Futuro, com características similares, baseados na abordagem *Triple Bottom Line* (TBL), classificaram cinco capitais (natural, social, humano, manufaturado, e financeiro) com a finalidade de que as organizações melhorem a sua forma de prestação de contas à sociedade. Posteriormente, o IIRC incorporou o capital intelectual, totalizando então seis capitais.

O *Framework 1.0* para RI destaca que é raro maximizar, exclusivamente, um capital e desconsiderar os demais; por exemplo, o capital financeiro (lucro) em detrimento do capital humano (políticas e práticas inadequadas de recursos humanos), com objetivo de elevar o valor da companhia no longo prazo, que são os chamados *trade-offs*. Logo, a abordagem do RI pode ser denominada como pensamento integrado, com a intenção de deixar visíveis os capitais relevantes, em que o desempenho (passado, presente e futuro) da organização está sujeito como a mesma usufrui desses capitais e seu impacto sobre eles (Eccles, Krzus, & Ribot, 2014). Considerando ainda a influência do ambiente externo, nos contextos naturais, sociais, políticos, comerciais e legais, que afetam o potencial da empresa em gerar valor de modo positivo ou negativo, assim ocasionando um aumento ou redução líquido dos capitais. Por conseguinte, depende do ponto de vista da companhia se o efeito líquido daquele período foi: um aumento, diminuição ou mantém-se preservado (IIRC, 2014).

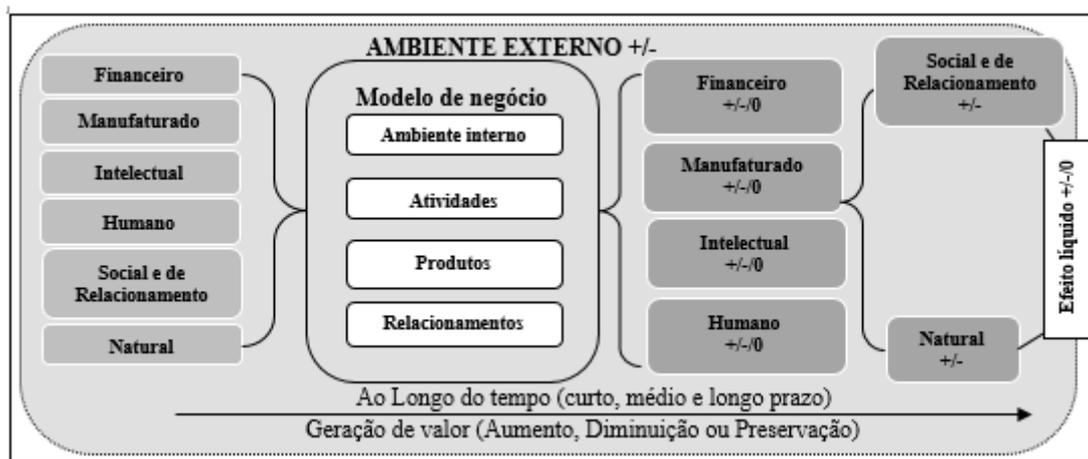


Figura 1 - Processo de geração de valor ajustado do *Framework 1.0*
 Fonte: Veiga, Neumann & Raimundini (2019).

Na Figura 1, o valor gerado de uma companhia poderia igualar-se com o potencial fluxo de caixa futuro, e com os recursos financeiros sustentáveis (Adams, 2015). Logo, o efeito líquido de geração de valor, no caso do “valor no RI” atenderia ao conceito de “valor compartilhado” de Porter & Kramer (Haller, 2016), o qual trata de que o sentido de valor no RI é co-criado ao longo do tempo entre a organização, *stakeholders* e meio ambiente. Aliás, pode-se considerar ainda que um investidor também é sociedade. Desse modo, o RI preconizaria uma nova percepção do Modelo de Negócio, em que sintonizaria a sociedade, natureza e fluxo de

caixa futuros, e conduziria toda a organização a buscar a criação de valor sustentável. Como resultado, ela se tornaria capaz de reconhecer seus riscos e oportunidades e, assim, determinaria se aumenta, preserva ou deteriora o seu valor (Kassai & Carvalho, 2013).

Portanto, para que uma organização atenda a proposta de um RI, ou seja, ao conceito de geração de valor do *Framework 1.0*, conforme a Figura 1 necessitaria relatar tanto impactos positivos, quanto negativos para com a sociedade e/ou meio ambiente. Desse modo, caso uma ação de valor seja negativa, a organização teria que se apoiar em medidas para reduzir o efeito causado pela mesma, utilizando o mesmo procedimento para as externalidades. Isso porque, qualquer impacto negativo ao seu negócio impede a mesma em gerar valor ao longo tempo; em outras palavras, comprometerá o capital financeiro.

O próximo tópico versa sobre os procedimentos metodológicos apoiados para o alcance do objetivo da pesquisa.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa apresenta uma abordagem documental, qualitativa e descritiva (Flick, 2009), uma vez que por intermédio da descrição e da interpretação das informações evidenciadas pelo Itaú Unibanco, forneceu informações específicas, ou seja, identificou quais ações de valores o Itaú Unibanco apresenta em seus RIs e o seu efeito líquido.

Quanto aos períodos analisados, o estudo apresenta um recorte longitudinal (Farias Filho & Arruda Filho, 2013), o qual propicia acompanhar a evolução dos RIs no período de 2013 a 2017, o primeiro RI divulgado pela companhia, e o último até a data da pesquisa. Para estar em conformidade com a proposta do *Framework 1.0*, o Itaú Unibanco teve uma declaração em seus RIs, afirmando que os mesmos foram elaborados seguindo as diretrizes do IIRC (2014) (Tabela 3).

Tabela 3 - Amostra do estudo (RIs)

Empresa	Nome do relatório	Ano	Declaração	Páginas
Itaú Unibanco Holding S.A.	Relato Integrado	2013	Página 3	55
		2014	Página 2	37
		2015	Página 3	73
		2016	Página 72	75
		2017	Página 67	69

Fonte: Itaú Unibanco (2013; 2014; 2015; 2016; 2017).

O tratamento e análise dos dados obtidos por meio análise de documentos, foram submetidos à análise de conteúdo com técnica de análise categorial/temática de Bardin (2016). Assim, atendeu as três etapas: 1º Pré-análise, 2º Exploração do Material e 3º Tratamento dos resultados obtidos. A operação da análise foi conduzida por meio do *Software Atlas.ti*, versão 8. Para a codificação e categorização da 1º fase, foi necessário definir três quesitos antes da execução da análise: i) o recorte (unidades de registro tema e de contexto delimitou um parágrafo), ii) regra de contagem (ausência/presença), e iii) classificação e agregação (reagrupamento lógicos). Com base nos capitais propostos pelo *Framework 1.0* criou-se ainda a codificação e categorização, para o norteamto e sustentação para o tratamento e análise dos dados. Concomitante com as informações captadas pela análise de conteúdo realizada nos capitais evidenciados pelo Itaú Unibanco, logo foi utilizada a Tabela 2 (definição do conceito geração de valor da pesquisa) para captar ações de valores nos RIs do período em estudo. Dessa maneira, na informação divulgada pelo Itaú Unibanco foi avaliado o sentido do parágrafo de cada capital utilizado e/ou afetado, e suas interdependências (+/-/0), e as externalidades (+/-), resultando assim o efeito líquido de cada RI.

Tabela 4 - Definição do conceito geração de valor da pesquisa

PROCESSO DE GERAÇÃO DE VALOR												
CAPITAIS (+/-/0)							EXTERNALIDADES (+/-)					VALOR LÍQUIDO ANUAL (+/-/0)
AÇÕES DE VALORES	F	M	I	H	SR	N	N	S	P	C	L	
Considerando o ambiente externo no qual a mesma atua, a percepção de geração de valor no RI é a de que a organização, por meio de seu modelo de negócio, executa ações de valores (capitais) tangíveis e intangíveis, monetários e não-monetários, tanto gerado pela organização quanto indiretamente por ela, o que leva em conta o seu impacto positivo à sociedade e o meio ambiente. Desse modo, geraria valor para organização e simultaneamente aos <i>stakeholders</i> ; caso contrário, ações negativas gerariam a destruição de valor da organização e também para os <i>stakeholders</i> .												
* CF – Capital Financeiro CM – Capital Manufaturado CI – Capital Intelectual CH – Capital Humano CSR – Capital Social e de Relacionamento CN – Capital Natural N - Natural S - Social P – Político C – Comercial L- Legal												

Fonte: A pesquisa (2019).

Após a coleta das informações, elas foram classificadas, como esquematizado na Tabela 4, determinou se uma ação de valor foi positiva ou negativa. Desse modo, considerou como ação de valor positiva se teve um impacto positivo para sociedade e/ou meio ambiente, juntamente para as externalidades que não subtraíam o valor da organização. Caso uma ação de valor considerada negativa, a organização apoiou-se em medidas mitigadoras para minimizar esse valor negativo. Da mesma forma, se as externalidades foram negativas, deveriam esclarecer quais medidas a companhia tomou para minimizá-las, visto que qualquer impacto negativo mediante seu negócio afeta a mesma em gerar valor ao longo tempo. Em outras palavras, ações de valor negativas compromete o capital financeiro da mesma.

4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 Processo de geração de valor demonstrado nos RIs de 2013 a 2017

Para atingir o objetivo da pesquisa, é necessário compreender inicialmente a evolução global dos RIs. Para tanto, a Tabela 5 demonstra uma análise vertical e horizontal do desenvolvimento do processo de geração de valor dos RIs do Itaú Unibanco dos cinco anos analisados.

Tabela 5 – Análise vertical e horizontal do processo de geração de valor dos RIs de 2013 a 2017

ITEM	RI 2013	RI 2014	RI 2015	RI 2016	RI 2017
1.Declaração diretrizes IIRC	Apresentou no início dos seus RIs uma declaração de que segue as diretrizes do <i>Framework 1.0</i> . Não foram encontrados apontamentos sobre indisponibilidade de informações confiáveis ou proibições legais específicas, que incapacitasse a divulgação de informações relevantes, assim como, a divulgação de informações que causassem danos concorrenciais significativos				
2.Nomenclaturas capitais	Abordou todos capitais propostos pelo <i>Framework 1.0</i> : financeiro, manufaturado, intelectual, humano, social e de relacionamento, e natural				
3.Efeitos destaques dos capitais	Financeiro		Todos capitais		Não reportou
4.Exclusão/Adição de informações	Algumas informações deixaram de serem abordadas, outras eram retratadas apenas em alguns períodos, ou novos temas passavam a ser tratados				
5.Informações Quantitativas	Financeiro, natural, e social e de relacionamento	Natural	Financeiro, natural, social e de relacionamento	Financeiro e natural	Financeiro, natural e humano

	Qualitativas	Humano, intelectual, manufaturado, e social e de relacionamento	Social e de relacionamento	Manufaturado e humano
6. Trade-offs e interdependências		Não reportou	Manufaturado com natural	Não reportou
7. Ambiente externo		Sociais, político e comerciais	Sociais, político, comerciais e legais	Naturais, sociais, político e comerciais
8. Efeito líquido		Não reportou		

Fonte: A pesquisa (2019).

Conforme apontado na seção 3, o Itaú Unibanco dedicou uma parte de seu RI, fornecendo uma declaração que segue as diretrizes do *Framework 1.0* proposto pelo IIRC. Desse modo, as informações divulgadas pelo Itaú Unibanco devem estar em conformidade com esta estrutura. Caso contrário, se não reportasse alguma informação, precisaria fundamentar como: i) indisponibilidade de informações confiáveis, ii) dano competitivo, ou iii) proibição legal de evidenciar tais dados (Flower, 2015). Conforme a Tabela 5, observa-se em relação aos itens 1 e 4, de que as informações obtidas durante os 5 anos não apresentaram uma constância dos conteúdos divulgados nos capitais, contudo, não houve a menção em nenhum dos RIs de qualquer um dos três itens elencados. Logo, a ausência de informações pode dificultar a tomada de decisão de um *stakeholder*, bem como a comparação de informações.

Nesse sentido, estas evidências podem afetar a credibilidade do RI, como um instrumento confiável que elucida a geração de valor de uma empresa ao longo do tempo, em consonância, com as afirmações e críticas de Flower (2015); Thomson (2014); Brown e Dillard (2014) e Dumay et (2016). Inclusive, em sinergia com os achados de Stacchezzini et al. (2016) e Pistoni (2018), os quais observaram que organizações não estão divulgando de maneira completa as informações. Em relação as informações que representa o item 4, as mesmas serão exploradas no tópico 4.2, o qual revela a análise das ações de valores divulgado pelo Itaú Unibanco durante os cinco anos.

Notou-se conforme o item 2 (Tabela 5) que os 6 capitais foram apresentados com a classificação sugerida pelo IIRC. O Itaú Unibanco é uma prestadora de serviços financeiros, e não tem um impacto direto ao meio ambiente, mas considerou em todos os seus reportes, os impactos indiretos que possuem com o meio ambiente, além dos impactos que causam para a sociedade. Segundo Hahn e Kühnen (2013), a evidenciação de políticas de gestão ambiental, responsabilidade social e comportamento ético, são potenciais sinalizadores de demonstrar a estratégia de sobrevivência da empresa no âmbito corporativo. Distintamente dos resultados de Milne e Gray (2013), Stacchezzini et al. (2016) e Bini et al. (2018), que depararam que empresas adotantes de RI e participantes do programa piloto do IIRC, não incorporavam práticas de sustentabilidade no RI.

Ao retratar os capitais, a empresa necessita enfatizar aqueles significativos, ou seja, informações que sustentaram de forma expressiva a organização (item 3 - Tabela 5) na geração de valor ao longo do tempo (IIRC, 2014). Nesse sentido, o Itaú Unibanco apresentou apenas em 2013 e 2014 somente para o capital financeiro, enquanto que em 2015 e 2016 trouxe o efeito destaque de todos os capitais, e para 2017 nada foi apresentado. Em consonância com os resultados de Maciel (2015), que identificou empresas brasileiras participantes do programa piloto do IIRC que não revelaram os efeitos destaques que subsidiaram significativamente na geração de valor da organização ao longo do tempo.

Segundo o *Framework 1.0*, uma empresa precisa estabelecer em seus capitais objetivos estratégicos (IIRC, 2014). Verificou-se que a quantidade de informações futuras tanto

qualitativas, quanto quantitativas (item 5 - Tabela 5) não são tratadas de forma equivalente nos capitais, apenas em 2013 foi retratado informações futuras para os 6 capitais. Ressalta-se que o RI de 2013 foi o primeiro divulgado pelo Itaú Unibanco, logo de modo temporal ainda não havia sido publicado o *Framework 1.0* (IIRC, 2014). Todavia, durante ao período analisado, o reporte do Itaú Unibanco priorizou informações prospectivas quantitativas para o financeiro e natural, e qualitativas para o social e de relacionamento, logo os capitais manufaturado, intelectual, e humano não obtiveram uma mesma ênfase, corroborando com os resultados de Stacchezzini et al. (2016), que detectaram a escassez de divulgação de informações futuras no RI.

Quanto aos *trade-offs* e interdependência de capitais (item 6 - Tabela 5), apenas em 2015 e 2016 o manufaturado e natural foram divulgados em conjunto, ou seja, demonstraram desta forma que esses capitais são interdependentes para gerar valor ao longo do tempo. Nos demais períodos a forma evidenciada dos capitais é apresentada em seções específicas, e reportados de forma isolada e desconectada. Em sinergia com os achados de Maciel (2015), Ahmed Haji e Hossain (2016) e Stacchezzini et al. (2016) os quais observaram que organizações não apresentam em seus RIs as interdependências e os *trade-offs* entre os capitais, desse modo, as empresas focam em atender a estrutura de um RI, ao invés da forma como o conteúdo deveria ser divulgado, objetivando mostrar as interdependências e dos *trade-offs*.

Para uma empresa atender ao processo de geração de valor no RI, a mesma necessitaria retratar o ambiente externo onde atua, no contexto natural, social, político, comercial e legal, de modo que ocasionasse um aumento ou uma redução líquida nos capitais da organização, já que os provedores de capital financeiro necessitam de informações sobre as externalidades relevantes para poder avaliar seus efeitos e alocar recursos de maneira apropriada (IIRC, 2014). Logo, durante o período analisado conforme item 7 da Tabela 5, não foram encontrados os cinco contextos simultaneamente no mesmo ano.

Notou-se também uma evolução do modo de divulgação do ambiente externo. Como pode-se observar em 2013, onde os contextos do ambiente externo eram apenas citados mencionavam riscos que o Itaú Unibanco poderia estar sujeito, entretanto não eram apresentados detalhes se o mesmo poderia afetar o valor da empresa de forma positiva ou negativa. A partir de 2015, as informações retratavam quem seriam os concorrentes no contexto brasileiro, com um viés desfavorável, assim sendo, ocasionando uma redução líquida nos capitais do Itaú Unibanco. Outro exemplo, refere-se a um estudo realizado pelo Itaú Unibanco em 2016 com o objetivo de identificar quanto de impacto social proporciona à sociedade, tanto para geração de emprego, quanto para o Produto Interno Bruto (PIB). Verifica-se a importância destinada aos aspectos relativos as externalidades, logo apresentam avanços ao verificar que em 2017 foi iniciado um grupo de trabalho para fomentar discussões recorrentes, mapear e mensurar as externalidades ambientais. Diferentemente das críticas de Brown e Dillard (2014), o Itaú Unibanco não ignorou o ambiente externo social (2013-2017) e natural (2017), pois revelou que sofre influências negativas.

Segundo *Framework 1.0* o efeito líquido (capitais (+/-) ambiente externo) do período, depende da perspectiva escolhida da empresa, se foi um acréscimo, decréscimo, ou se o mesmo foi preservado (IIRC, 2014). Assim conforme o item 8 da Tabela 5, não foi encontrado em nenhum dos reportes a definição destas perspectivas. Em harmonia, com os resultados de Maciel (2015), as empresas brasileiras do programa piloto do IIRC, não abordaram em seus RIs instâncias em que o valor da empresa no período foi considerado como sendo um aumento, preservado ou diminuído.

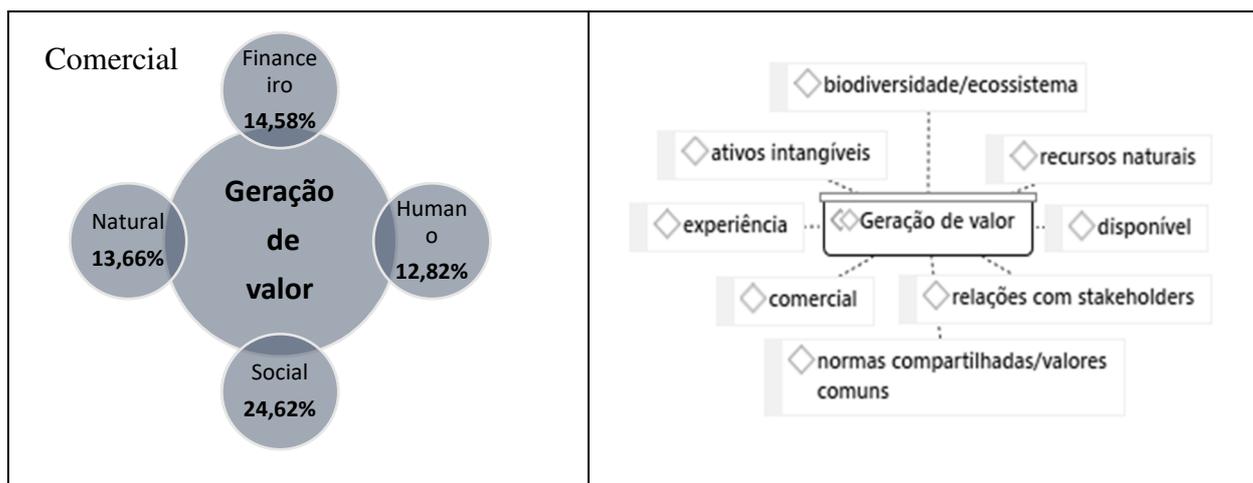
A partir das observações acima, será abordado a seguir, a análise de conteúdo das categorias identificadas nos capitais e ambiente externo pelo Itaú Unibanco, conforme determinado na metodologia desta pesquisa, e norteado pelo *Framework 1.0*. Onde foram

identificadas 14 de 16 categorias definidas nos 6 capitais que se concentram no RI do Itaú Unibanco no período de 2013 a 2017. E a totalidade das categorias do ambiente externo.

Das duas categorias não encontradas a “infraestrutura” não foi utilizada pelo Itaú Unibanco, que de acordo com o *Framework 1.0* seria os objetos físicos utilizados pela empresa a fim de gerar bens/serviços como, estradas, portos, pontes e estações de tratamento de resíduos e água (IIRC, 2014). Segundo Flower (2015), esta informação só poderia ser adicionada em um RI, caso o item fizesse parte dos insumos do processo de operação da companhia. No caso, o objeto de análise é uma empresa prestadora de serviços financeiros, e é verídico em que a mesma não usufrui deste item para gerar seu valor. A outra categoria não identificada foi a “licença social” circunstanciado no capital social e de relacionamento, o qual se refere que uma organização tenha a licença dos *stakeholders* para poder exercer a sua atividade (IIRC, 2014), logo este tema não foi determinado como material na visão da empresa, em nenhum dos períodos de divulgação.

A Figura 2 esclarece em forma de percentuais quais foram os principais capitais do Itaú Unibanco, e seu ambiente externo mais influente (Comercial), juntamente com suas categorias expressivas dos capitais, que afetaram significativamente a capacidade da empresa em gerar o seu valor durante aos cinco anos publicados.

Figura 2 - Categorias dos capitais que sustentaram a geração de valor e principal ambiente externo



Fonte: Elaborado com base no ATLAS.ti dos RI do Itaú Unibanco (2013-2017).

Os achados desta pesquisa, quantificado, e com a frequência relativa das informações contida em cada categoria, em sua totalidade, e por cada período. Esta pesquisa extraiu um total de 593 informações durante os cinco anos divulgados pelo Itaú Unibanco, de forma cronológica 111, 99, 126, 142 e 115. Conforme a Figura 2, os capitais que banco utiliza e afeta expressivamente para gerar valor ao longo do tempo, apresentaram-se nesta ordem de proporção: social e de relacionamento, financeiro, natural, e humano. Os conteúdos que sustentaram o capital social e de relacionamento foram sobre **normas/valores compartilhados** e **relações com stakeholders**. No financeiro, apoiaram no que a empresa possui de **disponível** para uso na produção de bens e/ou prestação de serviços. Para o capital natural, buscaram informar sobre os **recursos naturais** em que afetam, e que se apoiam na saúde da **biodiversidade/ecossistema**. E no humano, relacionavam informações sobre as **experiências** de seus colaboradores. Quanto à categoria **ativos intangíveis**, por mais que a mesma teve uma representatividade, não obteve informações no capital intelectual suficiente, para suprir a quantidade diante dos outros capitais.

4.2 Ações de valores e ambiente externo identificados nos RIs de 2013 a 2017

Em função do processo de geração de valor abordado no tópico 4.1, foi necessário também aprofundar com as ações de valores publicadas pelo Itaú Unibanco e o seu ambiente externo, para atender a proposta desta pesquisa.

Conforme unidade de contexto (informação) foi avaliado o sentido do parágrafo de cada capital utilizado e/ou afetado com suas interdependências (+/-/0), e o ambiente externo (+/-). A Tabela 6 relaciona as ações de valores e o efeito líquido do Itaú Unibanco (Efeito líquido = (ações positivas + ações futuras – ações negativas) + (ambiente externo positivo – ambiente externo negativo)). Enfatiza-se que as ações que são classificadas como nulas não são computadas nesta somatória, pois revelam a transformação entre capitais. Por exemplo, o investimento em funcionários, a empresa tira do seu lucro para investir no capital humano, logo há uma transformação do capital financeiro para humano (*trade-offs*), assim não foi considerado como uma nova ação realizada pelo Itaú Unibanco.

Ao contrário do apontado na seção 4.1, as ações de valores que sustentaram o valor da empresa durante os cinco períodos, foram nessa ordem: social, financeiro, humano, intelectual, natural e manufaturado. Ou seja, o capital intelectual passou a ser mais expressivo que o capital natural. Logo, esta pesquisa relaciona que a quantidade de informações evidenciadas em um RI, não significa que a mesma está gerando mais valor, pois pode acontecer que um RI, reporte uma informação negativa em que minimiza o valor da empresa, ou até mesmo uma informação que se refere em troca de capitais (*trade-offs*). No caso do Itaú Unibanco, as ações negativas identificadas foram no capital humano, social e de relacionamento, e no natural. Portanto, o capital que sofreu uma redução expressiva do total de ações foi o natural.

As informações do ambiente externo não são ignoradas pelo banco (Brown & Dillard, 2014), assim sendo, em 2017 representaria fidedignamente o propósito da geração de valor no *Framework 1.0*, pois revelou o ambiente externo em que o banco atua, em um contexto, natural, social, político, comercial, porém o contexto legal não se manteve no ano seguinte. Além do mais, denotou-se, que as informações divulgadas apresentam um viés para a representatividade da participação do Itaú Unibanco sobre o ambiente externo e as influências que sofre sobre o mesmo, porém não é abordado como as estratégias do Itaú Unibanco gerarão valor ao longo prazo diante dos contextos abordados, em outras palavras, as informações são voltadas para elucidar o que aconteceu no passado, e não apresentando uma perspectiva de como ambiente externo influenciará nos próximos anos.

Tabela 6 - Score das ações de valores de 2013 a 2017 e suas externalidades

	INTERDEPENDÊNCIAS/TRADE-OFFS							AMBIENTE EXTERNO (+/-)					2013	2014	2015	2016	2017
	CAPITAIS (+/-/0)	F	M	I	H	SR	N	N	S	P	C	L					
Financeiro (F)	Positivas	16				16	1						3	6	9	12	8
	Futuras	7				7	1						5		4	4	3
	Nulo (<i>trade-offs</i>)	1	1	1	1	1	1							8	6	13	16
Manufaturado (M)	Positivas		7			7							4	3	1	1	1
	Futuras		4			4	1						3				2
	Nulo (<i>trade-offs</i>)	5	5			5	1							7	3	1	1
Intelectual (I)	Positivas			15		15							7	6	5	6	5
	Futuras			5		5							5				
	Nulo (<i>trade-offs</i>)	4		7	3	7								12	6	5	6
Humano (H)	Positivas				14	14							5	8	5	7	8
	Negativas				-3	-3								-1	-2	-2	-2
	Futuras				7	7							6		2		1
	Nulo (<i>trade-offs</i>)	5			5	5								11	7	5	5
Social e de Relacionamento (SR)	Positivas				1	26	3						11	15	12	21	17
	Negativas	-1			-1	-2							-2	-2	-1	-2	-2
	Futuras					8							5		2	1	
	Nulo (<i>trade-offs</i>)	5				4	1							14	13	13	20
Natural (N)	Positivas					13	13						6	4	2	5	2
	Negativas					-5	-5						-4	-4	-5	-5	-4
	Futuras					9	9						5	3	5	5	4
	Nulo (<i>trade-off</i>)	1				1	1							7	3	2	5
i) TOTAL DE AÇÕES DE VALORES													59	38	39	53	43
Ambiente Externo	Natural (N)							+/-									+1/-3
	Social (S)								+/-				+3	-1	-1	+3/-1	+3/-1
	Político (P)									+/-			-1	-3	-3	+1/-2	+1/-2
	Comercial (C)										+/-		+2/-2	+2/-2	+1/-5	+4/-3	+4/-1
	Legal (L)											-					-1
Total ambiente externo:													2	-4	-8	1	2
ii) TOTAL EFEITO LÍQUIDO: AÇÕES DE VALORES (+/-) AMBIENTE EXTERNO													61	34	31	54	45
“+” = ACRÉSCIMO; “-” = DECRÉSCIMO; “0” = PRESERVADO													0	-	-	+	-

Fonte: A pesquisa (2019).

- “Positivas” refere-se a ações positivas com impacto positivo na sociedade e/ou meio ambiente, junto com sua interdependência, caso houvesse;
- “Negativas” refere-se a ações negativas com impacto negativo na sociedade e/ou meio ambiente, junto com sua interdependência, caso houvesse;
- “Nulo” quando um capital se transformou em outro, gerando, portanto, um efeito nulo (*trade-offs*); e
- “Futuras” refere-se ações futuras divulgadas pelo Itaú Unibanco.

Conforme Tabela 6, verifica-se que em 2013 e 2016 houve predomínio de ações de valores positivas, negativas e futuras, e que nos outros anos as informações mantêm uma mesma média. Em 2013 se destacou entre os demais, pois neste período divulgou mais informações futuras com temas específicos em cada capital. É visível que 2015 foi o ano que diminuiu expressivamente o total das ações de valores do Itaú Unibanco. Os assuntos estavam relacionados à categoria comercial como: à diminuição da inflação/IPCA, Taxa de câmbio, Produto Interno Bruto (PIB), concorrência, e do rebaixamento do grau de investimento pelas agências Moody's, Fitch e Standard & Poor's (S&P) em que o Brasil perdeu o seu selo de bom pagador.

Resgatando o objetivo desta pesquisa que era verificar se as ações de valores e o efeito líquido do RI do Itaú Unibanco (período de 2013 a 2017) contribuem para criação de exemplos de geração de valor no âmbito do RI. Como resultado, o Itaú Unibanco retrata o processo de geração de valor do *Framework 1.0*, em que estabelece em sua estratégia a busca de valor sustentável, ou seja, a co-criação de valor sustentável, em que o termo “gerar valor” não é somente financeiro, e que engloba ações de desenvolvimento social e proteção ambiental. Logo, observa-se que há uma interdependência entre o sucesso da organização e o valor que cria para investidores, empregados, clientes, sociedade e natureza. Todavia, este estudo detectou falhas na divulgação, além de não verificar nitidamente a existência de interdependência e de *trade-offs* entre os capitais, evidenciando a geração de valor em uma estrutura independente e desconectada.

5 CONCLUSÃO

Com base nos resultados apresentados, e em consonância com o objetivo e a questão desta pesquisa, de verificar se as ações de valores e o efeito líquido do RI do Itaú Unibanco (período de 2013 a 2017) contribuem para criação de exemplos de geração de valor no âmbito do RI. Conclui-se que no RI do Itaú Unibanco encontra-se informações que compõe processo de geração de valor do *Framework 1.0*, além de verificar que o Itaú Unibanco vem buscando constantemente a melhora em cada reporte, como alocação de informações durante os anos entre os capitais intelectual, social e natural. Todavia, não é possível inferir se há uma tendência que o valor gerado pelo Itaú Unibanco foi preservado, aumentado ou diminuído, devido ao fato desta pesquisa ter identificado inconsistências na divulgação, visto que o Itaú Unibanco não apresenta uma permanência de informações divulgadas durante os cinco anos. Além disso, as seções dos capitais são desconexas, não contemplando uma visão das interdependências e os *trade-offs* entre os capitais, e somente no último ano foi divulgado o contexto natural do ambiente externo.

Notou-se também, que a companhia não está buscando a evidenciação de informações prospectivas. Portanto, como é possível que um *stakeholder*, utilize o RI para tomar decisão com apenas informações presentes e passadas, sendo que a mesmas também se apresentam em outros relatórios padronizados já divulgados? Portanto, para o RI se institucionalizar no Brasil com reportagem de estimativas de períodos maiores pode demandar tempo, visto que as evidências até o momento no contexto socioeconômico do país são instáveis.

Em suma, a proposta de um RI, não é somente elucidar a sustentabilidade ou a prestação de contas com a sociedade, e sim evidenciar todos os capitais em que afetam a organização e suas interdependências para gerar valor ao longo do tempo, obtendo uma visão holística do negócio, juntamente com as externalidades que sofrem positivamente ou negativamente em todos os contextos que a companhia atua. Enfatiza-se a necessidade do *Framework 1.0* do IIRC ser mais claro, como sugestão do conceito desta pesquisa. Pois se na visão de organizações este conceito transparecer confuso, dúbio e não fidedigno, há a possibilidade da criação de um círculo vicioso de reporte que não cumpra a finalidade de um RI, ou torná-las céticas quanto à confiabilidade e credibilidade do *Framework 1.0*.

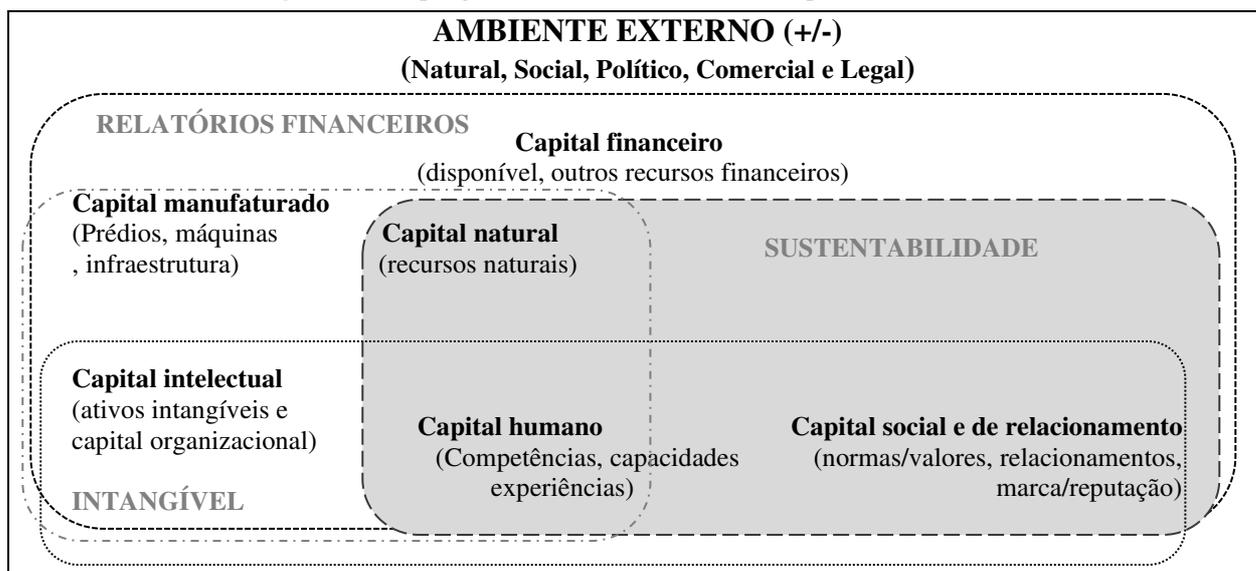
Ressalta-se que o conceito de geração de valor é um elemento-chave para elaborar um RI. Com esta pesquisa foi possível contribuir com uma perspectiva teórica com a reflexão do conceito de geração de valor no RI, de modo claro e preciso, bem como proporcionar aos elaboradores do RI, um novo entendimento do conceito de geração de valor denominado por estudiosos sobre o tema, como: vagamente definido, abstrato, implícito, subjetivo e amplo. Em síntese, o estudo contribui com novas informações para o desenvolvimento da literatura do RI com uma adição empírica conceitual, relacionado à sustentabilidade. Haja visto que estes conceitos estejam relacionados entre si, não existiam evidências que comprovavam a correlação entre eles.

Essa pesquisa atende uma perspectiva prática, onde apontou se a empresa analisada revela ações que geram valor, desta forma, amparando elaboradores de Relato Integrado, já que os mesmos requerem um esclarecimento do uso, significado, e exemplos sobre o mesmo, conforme consultas públicas realizadas pelo IIRC em 2013 e 2017. Além disso, a definição conceito sugerida pela pesquisa, pode colaborar com informações menos longas e ilegíveis em um RI, ou seja, concisas. Como resultado, proporcionou um mecanismo de apoio, para que as empresas possam reconhecer em seus RIs as suas ações positivas e negativas, interdependências, e *trade-offs*, pois os mecanismos atuais de contabilidade são inadequados, além de contribuir para o desenvolvimento de novas métricas.

Inclusive, correlaciona-se que a quantidade de informações evidenciadas, não significa que a mesma está gerando mais valor, pois pode acontecer de estar sendo evidenciado uma informação negativa que minimiza o valor da empresa (efeito líquido). Já que as informações de um RI devem tratar sobre os assuntos relevantes “positivos e negativos”. Desse modo, as organizações seriam capazes de determinar se criam, preservam ou deterioram o seu valor. Além de contribuir com o risco do RI, não se torne uma estrutura de comunicação de *marketing* ou *greenwash* (Simnett & Huggins, 2015). Proporciona também ao Itaú Unibanco uma visão holística da inter-relação entre seus capitais durante os cinco anos analisados, para que o mesmo aprimore a sua comunicação com uma visão holística e concisa de seu negócio, permitindo expressar as interdependências e *trade-offs* entre seus capitais de modo visível.

Com base com base nos resultados da pesquisa, também foi possível ampliar a conectividade existentes entre os capitais conforme Figura 3.

Figura 3 – Ampliação da conectividade entre os capitais do *Framework 1.0*



Fonte: A pesquisa (2019).

Os contadores além de promover informações contábeis para a divulgação, visam também auxiliar aos gestores na tomada de decisão, com a ideologia do RI os contadores possam aconselhar proprietários/conselho de administração com práticas sustentáveis, ao invés de visar apenas o “lucro”. Enfim, “enquanto contadores podem não estar dispostos ou ser capazes de “salvar o mundo”, se nós (ou aqueles outros contadores) fizermos parte do problema, como o mundo será salvo sem o nosso (ou o seu) envolvimento?” (Adams, 2015, p. 24, tradução nossa). Assim, a pesquisa desperta aos contadores a se envolverem com este tema, pois contribuirá para o aprimoramento do RI, além de incentivar as empresas na busca do desenvolvimento sustentável.

As delimitações desta pesquisa atendem a quatro quesitos: (i) tema proposto, pois analisou apenas a geração de valor do RI, evidenciada pelo Itaú Unibanco Holding S.A.; (ii) em relação aos períodos de 2013 a 2017, o primeiro ano a ser publicado pela companhia, até o último divulgado pela mesma até a data da presente pesquisa; (iii) a empresa, justifica-se que o Itaú Unibanco Holding S.A., por ser uma das companhias participantes do programa piloto do IIRC e pela sua participação ativa para o desenvolvimento do *Framework 1.0* do RI. (iv) procedimentos metodológicos, como uma pesquisa documental, submetidos a análise de conteúdo de Bardin (2016), com o uso da técnica temática/categorial. Por fim, recomenda-se estudos que se apoiam em entrevistas para o aprimoramento do conceito de geração de valor no *Framework 1.0*.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- Abeysekera, I. (2013). A template for integrated reporting. *Journal of Intellectual Capital*, 14(2), 227–245. Recuperado de <https://www-emeraldinsight-com.ez79.periodicos.capes.gov.br/doi/full/10.1108/14691931311323869>.
- Association of Chartered Certified Accountants (ACCA). (2018). *Insights into integrated Reporting 2.0: walking the talk*. Acessado em 28/03/2018 de <https://integratedreporting.org/resource/acca-insights-into-integrated-reporting-2-0-walking-the-talk/>.
- Adams, C. A. (2015). The international integrated reporting council: A call to action. *Critical Perspectives on Accounting*, 27, 23–28. Recuperado de <https://www-sciencedirect.ez79.periodicos.capes.gov.br/science/article/pii/S1045235414000732?via%3Dihub>.
- Ahmed Haji, A., & Hossain, D. M. (2016). Exploring the implications of integrated reporting on organisational reporting practice. *Qualitative Research in Accounting & Management*, 13(4), 415–444. Recuperado de <http://www.emeraldinsight.com/doi/10.1108/QRAM-07-2015-0065>.
- Bardin, L. (2016). Análise de conteúdo. São Paulo: *Edições*, 70.
- Bini, L., Bellucci, M., & Giunta, F. (2018). Integrating sustainability in business model disclosure: Evidence from the UK mining industry. *Journal of Cleaner Production*, 171, 1161–1170. Recuperado de <https://www-sciencedirect.ez79.periodicos.capes.gov.br/science/article/pii/S0959652617322862?via%3Dihub>.
- Chaidali, P. (Penny), & Jones, M. J. (2017). It’s a matter of trust: Exploring the perceptions of Integrated Reporting preparers. *Critical Perspectives on Accounting*, 48, 1–20. Recuperado de <https://www-sciencedirect.ez79.periodicos.capes.gov.br/science/article/pii/S1045235417300801?via%3Dihub>.
- Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Resolução CVM nº 14. Recuperado em 07 de Janeiro, 2021, de <http://conteudo.cvm.gov.br/legislacao/resolucoes/resol014.html>.
- Correa, J. C. (2016). *Incorporação do Pensamento Integrado aos mecanismos internos como*

- pré-requisito para a viabilização do processo de asseguaração independente para Relato Integrado. Dissertação de Mestrado.* Universidade Estadual de Maringá, Maringá. Recuperado de <http://nou-rau.uem.br/nou-rau/document/?code=vtls000223830>.
- Coulson, A. B., Adams, C. A., Nugent, M. N., & Haynes, K. (2017). Exploring metaphors of capitals and the framing of multiple capitals: Challenges and opportunities for < IR >. *Sustainability Accounting, Management and Policy Journal*, 6(3), 290–314. Recuperado de <https://www-emeraldinsight-com.ez79.periodicos.capes.gov.br/doi/full/10.1108/SAMPJ-05-2015-0032>.
- Druckman, P. (2016). Integrated Reporting - A new Accounting Disclosure. In C. Mio (Org.). Palgrave M.
- Dumay, J., Bernardi, C., Guthrie, J., & Demartini, P. (2016). Integrated reporting: A structured literature review. *Accounting Forum*, 40, 166–185. Recuperado de <https://www-sciencedirect-com.ez79.periodicos.capes.gov.br/science/article/pii/S0155998215301046?via%3Dihub>.
- Dumay, J., Bernardi, C., Guthrie, J., & La Torre, M. (2017). Barriers to Implementing the International Integrated Reporting Framework: A Contemporary Academic Perspective. *Meditari Accountancy Research*, 25(4), 461–480. <https://doi.org/10.1108/MEDAR-05-2017-0150>.
- Eccles, R. G., Krzus, M. P., & Ribot, S. (2014). *The Integrated Reporting Movement: Meaning, Momentum, Motives, and Materiality.* John Wiley & Sons, Inc. Recuperado de <https://www-sciencedirect-com.ez79.periodicos.capes.gov.br/science/article/pii/S0959652614008968?via%3Dihub>.
- Farias Filho, M. C., & Arruda Filho, E. J. (2013). Planejamento de Pesquisa Científica. São Paulo: Atlas.
- Feng, T., Cummings, L., & Tweedie, D. (2017). Exploring integrated thinking in integrated reporting – an exploratory study in Australia. *Journal of Intellectual Capital*, 18(2), 330–353. Recuperado de <https://www-emeraldinsight-com.ez79.periodicos.capes.gov.br/doi/full/10.1108/JIC-06-2016-0068>.
- Flick, U. (2009). Qualidade na pesquisa qualitativa. Porto Alegre: Artmed.
- Flower, J. (2015). The international integrated reporting council: A story of failure. *Critical Perspectives on Accounting*, 27, 1–17. Recuperado de <https://www-sciencedirect-com.ez79.periodicos.capes.gov.br/science/article/pii/S1045235414000744?via%3Dihub>.
- Gokten, S., & Gokten, P. O. (2017). Value Creation Reporting : Answering the Question „ Value to Whom ” according to the International Integrated Reporting Framework, 91(147), 145–170. Recuperado de <https://doaj.org/article/0ef23e57eb51447589bbf774976f5ec7>.
- Haller, A. (2016). Value Creation: A Core Concept of Integrated Reporting. In: Integrated Reporting - A new Accounting Disclosure. In C. Mio (Org.). Palgrave M.
- Haller, A., & Van Staden, C. (2014). The value added statement – an appropriate instrument for Integrated Reporting. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 27(7), 1190–1216. Recuperado de <https://www-emeraldinsight-com.ez79.periodicos.capes.gov.br/doi/full/10.1108/AAAJ-04-2013-1307>.
- International Federation of Accountants - IFAC (2015). “Materiality in <IR> Guidance for the preparation of integrated reports.” *IR - INTEGRATED REPORTING*. Acessado em 10/04/2018, de http://integratedreporting.org/wp-content/uploads/2015/11/1315_MaterialityinIR_Doc_4a_Interactive.pdf.
- International Integrated Reporting Council (IIRC). (2013). *Background - Value Creation*. Recuperado de <http://integratedreporting.org/resource/background-papers/>.
- International Integrated Reporting Council (IIRC). (2014). *Framework*. Acessado em 10/03/2018 de <http://integratedreporting.org/wp-content/uploads/2015/03/13-12-08-THE->

- INTERNATIONAL-IR-FRAMEWORK-Portugese-final-1.pdf.
- International Integrated Reporting Council – IIRC. (2017). *International Framework Implementation Feedback - Summary report*. Acessado em 10/04/2018 de http://integratedreporting.org/wp-content/uploads/2017/10/Framework_feedback_Sum2017.pdf.
- Integrated Reporting Committee of South Africa. (2014). *Scan of research on integrated reporting in South Africa research opportunities*. Recuperado de http://integratedreportingsa.org/ircsa/wp-content/uploads/2017/05/Scan_of_research_on_integrated_reporting_in_South_Africa.pdf.
- Itaú Unibanco Holding S.A. (2013). *Relato Integrado 2013 Itaú Unibanco Holding S.A.* Recuperado em 20 de junho, 2018 de https://www.itaubr.com.br/arquivosstaticos/RI/pdf/pt/Relato_Integrado_PT.pdf?title=Relato%20Integrado2013.
- Itaú Unibanco Holding S.A. (2014). *Relato Integrado 2014 Itaú Unibanco Holding S.A.* Recuperado em 20 de junho, 2018 de https://www.itaubr.com.br/arquivosstaticos/RAO/PDF/PT/Relato_Integrado_2014.pdf.
- Itaú Unibanco Holding S.A. (2015). *Relato Integrado 2015 Itaú Unibanco Holding S.A.* Recuperado em 20 de junho, 2018 de https://www.itaubr.com.br/arquivosstaticos/RI/pdf/pt/Relato_Integrado_2015.pdf#page=1.
- Itaú Unibanco Holding S.A. (2016). *Relato Integrado 2016 Itaú Unibanco Holding S.A.* Recuperado em 20 de janeiro, 2018 de https://www.itaubr.com.br/arquivosstaticos/RI/pdf/pt/Relato_Integrado_Itaun2016_BR.pdf.
- Itaú Unibanco Holding S.A. (2017). *Relato Integrado 2017 Itaú Unibanco Holding S.A.* Recuperado em 20 de janeiro, 2018 de https://www.itaubr.com.br/arquivosstaticos/RI/pdf/pt/Relato_Integrado_Itaun2017_BR.pdf?title=Relato%20Integrado%202017.
- Itaú Unibanco Holding S.A. (2018). *Apresentação sobre quem somos*. Acessado em 10/04/2018 de <https://www.itaubr.com.br/sobre/quem-somos/apresentacao/>.
- Kassai, J. R., & Carvalho, L. N. (2013). Relato Integrado : a próxima revolução contábil. In *XI Encontro Internacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente* (p. 1–16). Recuperado de https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1065698/mod_resource/content/0/artigoEngema2013_versao_3.pdf.
- Lai, A., Melloni, G., & Stacchezzini, R. (2017). What does materiality mean to integrated reporting preparers? An empirical exploration. *Meditari Accountancy Research*, 25(4), 00533-552-00. Recuperado de <https://www.emeraldinsight.com/doi/abs/10.1108/MEDAR-02-2017-0113>.
- Maciel, P. Á. (2015). *Relato Integrado: Análise da evolução da estrutura conceitual e sua aplicação nos relatórios das empresas no Brasil. Dissertação de Mestrado*. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. Recuperado de https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1065794/mod_resource/content/0/DissertacaoPaulaAlvaresMaciel.pdf.
- Melloni, G. (2015). Intellectual capital disclosure in integrated reporting: An impression management analysis. *Journal of Intellectual Capital*, 16(3), 661–680. Recuperado de <https://www.emeraldinsight.com.ez79.periodicos.capes.gov.br/doi/full/10.1108/JIC-11-2014-0121>.
- Milne, M. J., & Gray, R. (2013). W(h)ither Ecology? The Triple Bottom Line, the Global

- Reporting Initiative, and Corporate Sustainability Reporting. *Journal of Business Ethics*, 118(1), 13–29. Recuperado de <https://link-springer-com.ez79.periodicos.capes.gov.br/article/10.1007/s10551-012-1543-8>.
- Perego, P., Kennedy, S., & Whiteman, G. (2016). A lot of icing but little cake? Taking integrated reporting forward. *Journal of Cleaner Production*, 136, 53–64. Recuperado de <https://www-sciencedirect-com.ez79.periodicos.capes.gov.br/science/article/pii/S0959652616001979?via%3Dihub>.
- Pistoni, A., Songini, L., & Bavagnoli, F. (2018). Integrated Reporting Quality: An Empirical Analysis. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*. Recuperado de <https://onlinelibrary-wiley.ez79.periodicos.capes.gov.br/doi/full/10.1002/csr.1474>.
- Reuter, M., & Messner, M. (2015). Lobbying on the integrated reporting framework: An analysis of comment letters to the 2011 discussion paper of the IIRC. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 28(3), 365–402. Recuperado de <https://www-emeraldinsight-com.ez79.periodicos.capes.gov.br/doi/full/10.1108/AAAJ-03-2013-1289>.
- Simnett, R., & Huggins, A. L. (2015). Integrated reporting and assurance: where can research add value? *Sustainability Accounting, Management and Policy Journal*, 6(1), 29–53. Recuperado de <http://www.emeraldinsight.com/doi/10.1108/SAMPJ-09-2014-0053>.
- Thomson, I. (2014). “But does sustainability need capitalism or an integrated report” a commentary on “The International Integrated Reporting Council: A story of failure” by Flower, J. *Critical Perspectives on Accounting*, 27, 18–22. Recuperado de <https://linkinghub-elsevier-com.ez79.periodicos.capes.gov.br/retrieve/pii/S1045235414000756>.